

# **Modelo Proprietário de Riscos**

**Economus – Instituto de Seguridade Social**

**2024**

## Sumário

1. OBJETIVO.....	5
2. PRINCÍPIOS.....	5
3. RISCO.....	7
4. A GESTÃO DE RISCOS NO ECONOMUS.....	8
4.1.GESTÃO PREVIDENCIÁRIA.....	9
4.2.GESTÃO DOS RISCOS INERENTES A UMA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	9
4.3.AUTOGESTÃO EM SAÚDE.....	10
4.4.GESTÃO DOS RISCOS INERENTES A UMA ENTIDADE DE AUTOGESTÃO DE SAÚDE.....	10
5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
5.1.CONSELHO DELIBERATIVO.....	11
5.2.CONSELHO FISCAL.....	12
5.3.DIRETORIA EXECUTIVA.....	12
5.4.COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS.....	13
5.5.RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	13
6. ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA).....	15
7. A MODELAGEM DOS RISCOS NO ECONOMUS.....	15
7.1.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
7.2.IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS.....	17
7.3.ANALISE DOS RISCOS.....	18
7.4.AVALIAÇÃO DOS RISCOS.....	19
7.5.MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO.....	20
7.6.TRATAMENTO.....	21
8. PRINCIPAIS RISCOS DO ECONOMUS.....	22
8.1.RISCO ATUARIAL.....	23
8.2.RISCO DE CRÉDITO.....	24
8.3.RISCO ESTRATÉGICO.....	25
8.4.RISCO LEGAL OU DE ENQUADRAMENTO.....	25
8.5.RISCO DE LIQUIDEZ.....	27
8.6.RISCO DE MERCADO.....	27
8.7.RISCO OPERACIONAL.....	28
8.8.RISCO SISTÊMICO.....	29
8.9.RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO.....	29
8.10.RISCO SOCIOAMBIENTAL.....	30
8.11.RISCO DE IMAGEM.....	31
8.12.RISCO DE SUBSCRIÇÃO.....	31
8.13.RISCO CIBERNÉTICO.....	32
8.14.RISCO DE CONFLITO DE INTERESSES.....	33
8.15.RISCO DE CONTENCIOSO JUDICIAL.....	33
8.16.RISCO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS.....	34

8.17.RISCO DE SOLVÊNCIA.....	35
9. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS .....	36
9.1.METODOLOGIA E FERRAMENTAS.....	36
10. ESTRATÉGIAS PARA O TRATAMENTO DE RISCO .....	37
10.1.PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES .....	37
11. EXECUÇÃO DAS ESTRATEGIAS DE RISCO.....	38
11.1.COMITÊ DE RISCO.....	39
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40

# APRESENTAÇÃO

---

**O** Economus, na busca pela qualidade no exercício de suas competências, tem adotado estratégias que possibilitem maximizar sua eficiência operacional.

A declaração institucional do seu modelo proprietário para a gestão de riscos, faz parte da estratégia para ampliar a capacidade da organização em lidar com incertezas, estimular a transparência e contribuir para o uso eficiente de recursos, bem como para o fortalecimento da imagem da instituição.

As boas práticas para a gestão de riscos em EFPC recomendam a adoção de modelo proprietário de riscos associado aos processos de planejamento, de tomada de decisão, de alinhamento com as políticas praticadas e de execução dos trabalhos relevantes, de forma a garantir que os objetivos e metas traçados pela EFPC sejam alcançados com segurança financeira e compliance legal.

A gestão de riscos não é uma função restrita a uma área. Ela é parte integrante da disseminação de cultura interna e de boas práticas de gestão, do trabalho de observação e aprendizado constantes e de responsabilidade diária, o qual deve integrar a estratégia da operação e que não se enderece somente a controles internos. Seu olhar deve ser mais abrangente e integrado.

O sucesso da gestão de riscos depende do envolvimento de todos os empregados da Entidade e esse modelo é a declaração da ampla estratégia que permeia o Instituto em todos os níveis, sendo difundida por meio de todo o arcabouço de governança da qual o Economus dispõe.

Por fim, tendo por princípio a busca de melhoria contínua, da excelência da gestão de riscos e o consequente aperfeiçoamento do modelo proprietário do Instituto, as dúvidas, críticas ou sugestões devem ser encaminhadas para o endereço de e-mail: [risco@economus.com.br](mailto:risco@economus.com.br).

## 1. OBJETIVO

Este documento tem por objetivo consolidar e declarar as práticas de gestão de riscos adotadas pelo Economus - Instituto de Seguridade Social, em consonância com o disposto nas legislações em vigor para os segmentos de previdência privada complementar e saúde.

A gestão de riscos no Economus tem como objetivo auxiliar a tomada de decisão, com vistas a prover a segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos institucionais.



## 2. PRINCÍPIOS

Em linha com a Política de Gestão de Riscos do Economus, seguem listados os princípios que norteiam a governança da Entidade e suportam o modelo de gestão de riscos:

### Considerar riscos sem deixar de vislumbrar oportunidades

- ✓ A oportunidade é também chamada de risco positivo, porque constitui a possibilidade de um evento afetar positivamente os objetivos da Entidade. A boa gestão de riscos deve, também, considerar as oportunidades, pois o Instituto precisa estar preparado para aproveitá-las.

### Aplicar-se a qualquer tipo de atividade, projeto ou iniciativa Institucional

- ✓ A gestão de riscos pode ser aplicada a qualquer ação organizacional que tenha um objetivo claro ou da qual resulte um produto ou serviço definido.

### Aplicar-se de forma contínua e pervasiva aos processos

- ✓ Gerir riscos deve ser uma atividade constante e alinhada ao dia a dia do trabalho. Deve ser uma atitude permanente, parte integrante do processo.

### Ser implantada conjuntamente com revisão e melhoria contínua

- ✓ A implantação da gestão de riscos deve ser um processo gradual e progressivo, com revisões periódicas, a partir de mudanças organizacionais internas e/ou no ambiente externo, e dos resultados das avaliações de riscos e controles internos.

#### Ser dirigida, apoiada e acompanhada pela governança

- ✓ A governança tem a responsabilidade de conduzir o processo de implantação; de manter o arcabouço de controles funcionando dentro dos parâmetros de eficiência e economicidade; de gerenciar os riscos-chave para o Economus e de liderar pelo exemplo, demonstrando efetivo compromisso com a gestão de riscos.

#### Amparar toda e qualquer decisão no gerenciamento de riscos por pilares de:

- ✓ Cultura e Governança;
- ✓ Estratégia e Objetivo;
- ✓ Performance;
- ✓ Avaliação e Revisão;
- ✓ Informação;
- ✓ Comunicação e Reporte.

### 3. RISCO

Segundo a definição da NBR ISO 31000, risco é “um efeito da incerteza nos objetivos”, sendo, assim, um desvio em relação ao esperado. Pode ser positivo, negativo ou ambos, podendo abordar, criar ou resultar em oportunidades e ameaças. Diante dessa perspectiva, uma Entidade como o Economus deve realizar o monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposta, com o intuito de preservar o cumprimento de seus objetivos e metas institucionais e de rentabilidade propostos, sem ignorar oportunidades de rentabilizar seus planos dentro de limites de riscos aceitáveis.

*Risco: possibilidade de que um evento afete negativamente o alcance dos objetivos.*

*Oportunidade: possibilidade de que um evento afete positivamente o alcance de objetivos.*

#### **4. A GESTÃO DE RISCOS NO ECONOMUS**

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de instrumentos institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiam a tomada de decisão, contribuem para o aprimoramento dos processos e mitigam a ocorrência de possíveis desvios. Estes instrumentos institucionais viabilizam a implementação do gerenciamento de integridade, riscos e controles internos da gestão no âmbito do Instituto. Instrumentos que compõem o Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus:

- ✓ Política de Gestão de Riscos;
- ✓ Estrutura de Controles Internos, baseada no modelo das três linhas de defesa; e
- ✓ Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

Na visão do Instituto, que é responsável pela administração de planos de previdência e de assistência à saúde, o risco é inerente à realização de atividades complexas. Cabe ao Instituto não restringir por completo a exposição a um risco, pois isso tornaria inviável quaisquer operações, mas explorar os aspectos positivos e os negativos aos quais estamos expostos, a fim de assegurar que as metas estatutárias sejam cumpridas dentro de patamares seguros para a viabilidade e sustentabilidade de seus planos.

Ainda, o Economus parte do princípio de que a tomada de risco é uma decisão colegiada e, portanto, o apetite a risco da Entidade é parte integrante de sua Gestão de Riscos, que abrange todos os planos administrados pelo Instituto, respeitando suas particularidades de regulamento e composição de risco.

#### **4.1. Gestão Previdenciária**

Os planos de previdência do Economus visam garantir um futuro tranquilo para seus participantes, sendo forma inteligente de poupar e planejar o futuro.

Atualmente, o Economus administra quatro planos de previdência:

- ✓ Regulamento Complementar nº01;
- ✓ Regulamento Complementar nº02;
- ✓ Regulamento Geral; e
- ✓ PrevMais.

#### **4.2. Gestão dos riscos inerentes a uma Entidade Fechada de Previdência Complementar**

Trata-se de atividade crucial para garantir a segurança e a sustentabilidade dos planos de previdência.

A gestão de riscos é regulamentada por legislações específicas, as quais estabelecem princípios de governança e gestão de riscos. Essas regulamentações ajudam a criar ambiente de controle que minimiza a exposição a riscos.

A partir desse ordenamento, o Instituto possui estrutura de governança, que inclui:

- ✓ Comitê de Risco, responsável por, dentre outras tarefas, identificar, avaliar e monitorar riscos;
- ✓ Auditorias Independentes e fiscalizações do Patrocinador que garantem a transparência e a conformidade com as normas regulatórias; e
- ✓ Comitês de Assessoramento para subsidiar as decisões de natureza operacional e táticas.

Embora não seja possível eliminar todos os riscos, o Economus investe constantemente nas melhores práticas de gestão de riscos, a fim de proteger os interesses dos participantes e assistidos.

### **4.3. Autogestão em Saúde**

O Economus também atua como entidade de Autogestão em Saúde. O Instituto administra planos de saúde destinados a oferecer cobertura aos participantes dos planos de previdência, sejam estes ativos, aposentados e pensionistas, egressos do Banco Nossa Caixa S.A., ou empregados do próprio Economus que optarem pelo plano, assim como seus dependentes e familiares.

O Instituto administra dez planos de saúde:

- ✓ Plus;
- ✓ Plus II;
- ✓ Economus Família;
- ✓ Ecosaúde III;
- ✓ Novo FEAS;
- ✓ Economus Futuro;
- ✓ FEAS PAMC;
- ✓ FEAS BÁSICO;
- ✓ PAMC; e
- ✓ BÁSICO.

### **4.4. Gestão dos riscos inerentes a uma Entidade de Autogestão de Saúde**

Para a boa gestão dos planos de saúde, adotamos boas práticas referentes aos riscos aos quais estão expostos.

Desta forma, é necessário realizar avaliações periódicas da carteira de participantes, em relação às faixas etárias e perfis, com acompanhamento de usuários crônicos ou doenças específicas, a fim de manter no radar os custos.

Além disso, adotamos procedimentos internos de auditorias médicas, por meio de profissionais especializados neste ramo, bem como acompanhamento dos

processos de cotação, negociação e aquisição de insumos, que podem evitar perdas e redução de custos com atendimentos.

Acompanhamos os valores de procedimentos médicos hospitalares, para monitorar situação do risco de desequilíbrio financeiro, e manter ações próximas aos credenciados.

Realizamos campanhas constantes de conscientização, incentivando a prática de atividades salutaras, cuidados com a saúde, alertando contra surtos pontuais e divulgando programas preventivos, que além de aproximar a Entidade do seu público, ajuda na promoção da qualidade de vida.

Monitoramos continuamente os índices de conformidade de atendimento, a fim de se apurar as reclamações e demandas judiciais por parte dos usuários dos planos e de novas regulamentações que adicionam custos, procedimentos, obrigаторiedades e ampliação de coberturas, com o intuito de mitigar o risco de novos sinistros e multas por desinformação ou negligência.

Fato importante no controle de riscos em planos de saúde é a sua atuação em um mercado repleto de mudanças legais, que remetem a impactos constantes na gestão. Faz-se necessário a regularidade na identificação e avaliação dos riscos, com revisões periódicas de nossas matrizes, reconhecendo os impactos de acordo com o porte e complexidade do Instituto, sempre se adequando aos novos potenciais riscos.

## **5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

O Economus possui estrutura organizacional composta pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva, Gerências Executivas e Gerências de Divisão. Além disso, conta com comitês internos que auxiliam os órgãos de governança.

### **5.1. Conselho Deliberativo**

O Conselho Deliberativo é órgão de deliberação e orientação superior do Economus, cabendo-lhe estabelecer, dentro dos objetivos sociais, diretrizes e normas gerais para sua organização e administração, bem como para os planos de benefícios e de assistência à saúde por ele operacionalizados.

É composto por 6 (seis) membros, de forma paritária entre representantes dos Participantes e Assistidos, e dos Patrocinadores, cabendo a estes a indicação do Conselheiro Presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

O mandato dos membros do Conselho Deliberativo é 4 (quatro) anos, sendo permitida a recondução por igual período.

Os membros do Conselho Deliberativo devem possuir certificações que os habilitem para a função, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes.

### **5.2. Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno do Economus, cabendo-lhe zelar pela sua gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança.

É composto por 4 (quatro) membros efetivos, de forma paritária entre representantes dos Participantes e Assistidos, e dos Patrocinadores.

O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 4 (quatro) anos, com estabilidade, vedada a recondução.

Os membros do Conselho Fiscal devem possuir certificações que os habilitem, para a função de acordo com a legislação e regulamentação vigentes.

### **5.3. Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral do Economus, cabendo-lhe executar e fazer executar todos os atos necessários ao seu bom funcionamento, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das diretrizes e normas definidas pelo Conselho Deliberativo.

A Diretoria Executiva é composta por 4 (quatro) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo a partir da indicação do Patrocinador.

Os membros da Diretoria Executiva, nomeados pelo Conselho Deliberativo, terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução por igual período, e exercerão os seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Diretor de Finanças e Previdência;
- III - Diretor de Saúde e Relacionamento;
- IV - Diretor de Administração.

Os membros da Diretoria Executiva devem possuir certificações que os habilitem para a função, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes.

#### **5.4. Comitê de Gestão de Riscos**

O Comitê de Gestão de Riscos e Compliance, instituído formalmente no Economus, tem o objetivo de monitorar, propor e deliberar sobre a gestão de riscos e dos controles internos do Economus, observando as políticas vigentes e este modelo proprietário de riscos. Visa ser catalisador e mobilizador da boa gestão de riscos no Instituto, direcionando o andamento de ações e impulsionando a gestão de riscos de forma proativa na Entidade, além de ser órgão que visa conscientizar as demais áreas acerca da responsabilidade constante de verificação de seus respectivos riscos. O Comitê de Gestão de Riscos e Compliance é o órgão responsável pela administração da gestão de riscos (ARGR), com suas responsabilidades e objetivos, em linha com as resoluções do Conselho Monetário Nacional e decorrentes da Previc.

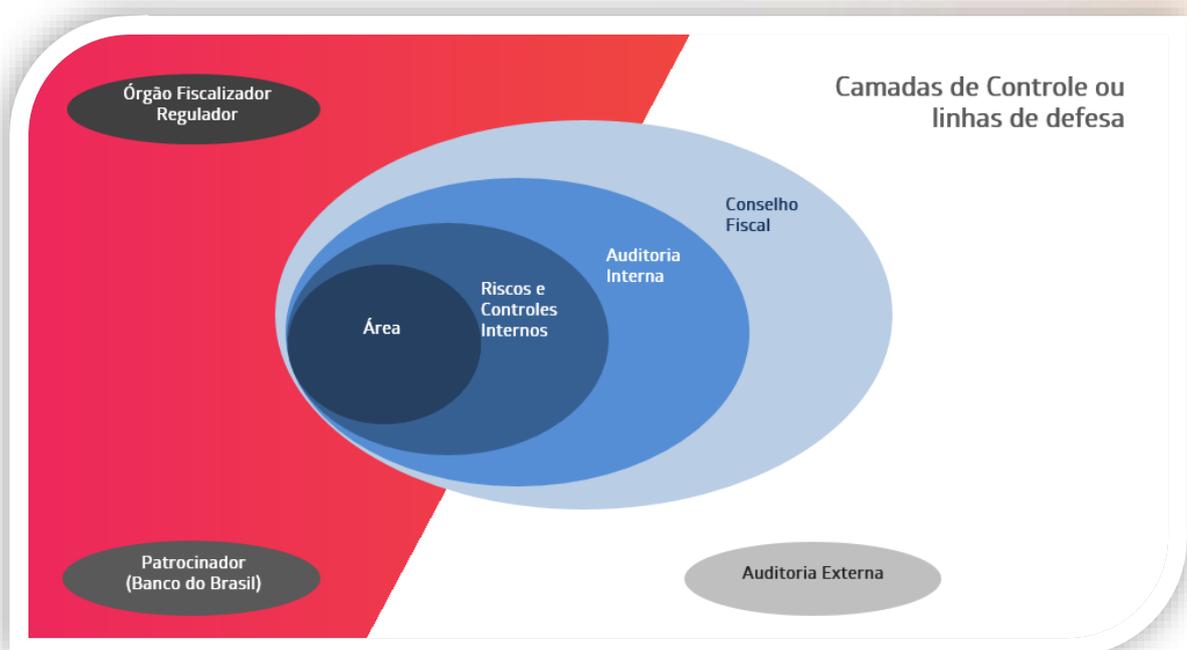
O Comitê de Gestão de Riscos e Compliance se reúne ordinariamente uma vez por mês e dentre seus membros se encontram o Presidente e Gerentes Executivos das áreas de saúde, previdência e administração do Instituto, sob coordenação da Gerência de Governança.

#### **5.5. Riscos e Controles internos**

Subordinada à Gerência de Governança (GEGOV), compete à Divisão de Riscos e Controles Internos – RISCO, estruturar a governança da gestão de riscos e controles internos no Economus, de forma que os riscos aos quais o Instituto esteja exposto, em decorrência da gestão de seus negócios, não impeçam a Entidade de alcançar seus objetivos estratégicos.

Atuando como segunda camada de controle da Entidade, a GEGOV/RISCO é responsável por:

- ✓ Assegurar que o Economus esteja sendo conduzido de acordo com a legislação que afeta seus negócios;
- ✓ Garantir que o Economus seja gerido em consonância com o Estatuto, as Políticas, os Regimentos, os Códigos, as estratégias, as Alçadas, as Normas e os procedimentos internos;
- ✓ Propor e atualizar políticas relativas ao gerenciamento de riscos e controles internos;
- ✓ Identificar, avaliar e monitorar os riscos aos quais a Entidade está exposta;
- ✓ Desenvolver e acompanhar os indicadores de riscos e controles internos;
- ✓ Promover a qualidade, confiabilidade, adequabilidade e integridade dos controles internos;
- ✓ Gestão das diretrizes de Segurança da Informação;
- ✓ Gerir os planos de Continuidade de negócios; e
- ✓ Acompanhar as demandas do Patrocinador, atendendo solicitações de auditorias e trabalhos diversos.



## **6. ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)**

O Economus pratica ações que contribuem com o meio ambiente e com toda a sociedade que o cerca.

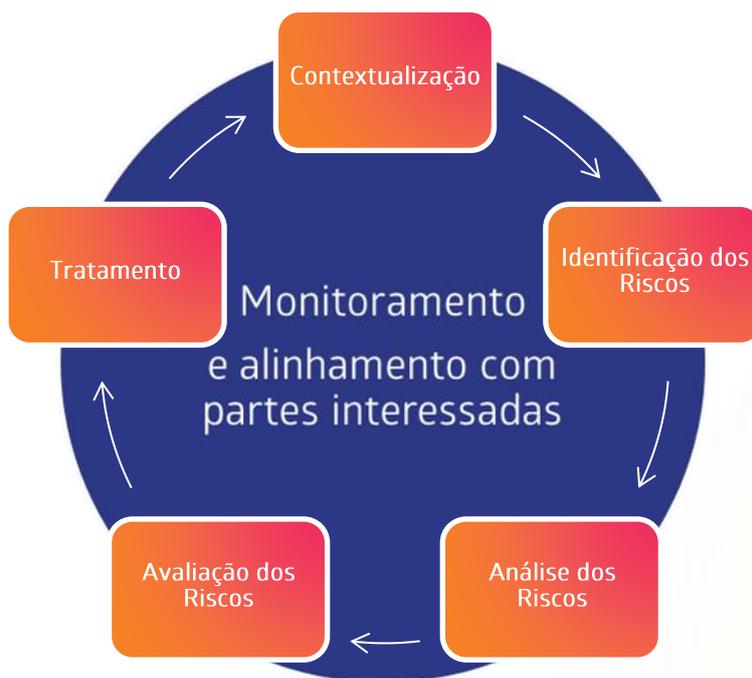
Coleta seletiva, redução no uso de papéis por meio da digitalização, incentivo à diversidade em nosso quadro de empregados e campanhas solidárias são alguns dos exemplos praticados pelo instituto que firmam esse compromisso.

O Economus é signatário do *Principles for Responsible Investments* – PRI ou Princípios para Investimentos Responsáveis, ratificando a sustentabilidade como um dos valores que regem sua atuação. Criado em 2006, o PRI é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU, para garantir e fomentar a incorporação das melhores práticas relacionadas à sustentabilidade dos investimentos.

Ao integrar este grupo, o Economus reforça sua preocupação em fomentar, de maneira constante, as melhores práticas e diretrizes para gestão dos investimentos, em busca de um sistema financeiro global sustentável – cujos resultados, a longo prazo, tragam benefícios ao meio ambiente e à sociedade.

## **7. A MODELAGEM DOS RISCOS NO ECONOMUS**

O Instituto, em linha com as prerrogativas definidas pela sua governança, define e prioriza os riscos a serem tratados de forma estratégica, assim como, adota medidas que promovam a discussão, conscientização e tratamento quando da ocorrência de novos riscos que tenham sido identificados e que não façam parte da relação dos que já sejam monitorados pela Entidade.



### 7.1. Contextualização

Antes de iniciar a concepção e a implementação da estrutura para gerenciar riscos, é importante avaliar e compreender os contextos externo e interno que permeiam a nossa organização, uma vez que estes podem influenciar significativamente na concepção da nossa estrutura.

No contexto externo da nossa organização podemos verificar:

- ✓ Fatores sociais, culturais, políticos, jurídicos, regulatórios, financeiros, tecnológicos, econômicos e ambientais, em âmbito internacional, nacional, regional ou local;
- ✓ Aos fatores-chave e às tendências que tenham impacto sobre os objetivos da organização; e
- ✓ Às relações com partes interessadas externas, e suas percepções e valores.

Já no contexto interno da nossa organização podemos incluir:

- ✓ Visão, missão e valores;
- ✓ Governança, estrutura organizacional, papéis e responsabilizações;
- ✓ Estratégia, objetivos e políticas;
- ✓ Cultura da organização;
- ✓ Normas, diretrizes e modelos adotados pela organização;

- ✓ Capacidades entendidas em termos de recursos e conhecimento (por exemplo, tempo, pessoas, processos, sistemas e tecnologias);
- ✓ Aos sistemas de informação, fluxos de informação e processos de tomada de decisão;
- ✓ As relações com partes interessadas internas, e suas percepções e valores;
- ✓ As normas, diretrizes e modelos adotados pela organização, e
- ✓ A forma e extensão das relações contratuais.

## **7.2. Identificação dos Riscos**

Compreende o reconhecimento e a descrição dos riscos relacionados aos objetivos/resultados de gestão de riscos, envolvendo a identificação de possíveis fontes de riscos.

A identificação dos riscos segue os seguintes passos:

- ✓ Identificar com clareza o (s) objetivo (s) /resultado (s);
- ✓ Definir os riscos em um processo de colaboração entre as áreas relacionadas, que dominam o processo, e o gestor de risco do Instituto, que buscará a sinergia entre o conhecimento e a prática para identificar e catalogar o risco;
- ✓ Utilizar ferramentas que permitam a coleta do maior número de informações para se atribuir os riscos, tais como: brainstorming, entrevistas, visitas técnicas, pesquisas etc.;
- ✓ Acompanhar a evolução do tratamento dos riscos pelo mercado e buscar alinhamento com entidades de classe de Previdência e Saúde;
- ✓ Listar os eventos que possam vir a ter impacto negativo no alcance de cada objetivo/resultado; e
- ✓ Descrever como cada risco impacta o objetivo/resultado a ele associado.

No Economus, a identificação dos riscos é realizada em ciclos que podem ser anuais ou bienais. Há a revisão periódica de estratégias e metodologias, sempre em linha com os modelos e melhores práticas existentes no mercado, e com o auxílio de consultorias especializadas no segmento de previdência privada complementar e

de assistência à saúde. Ainda, realizamos rodízio periódico dos prestadores e fornecedores como boa prática na abordagem de riscos.

Nos ciclos de identificação de riscos, buscamos a participação dos empregados com mais experiência na análise dos riscos de suas divisões. Utilizamos técnicas/ferramentas que permitam a coleta do maior número de informações, como por exemplo, entrevistas, visitas técnicas e pesquisas.

São orientações que facilitam a identificação dos riscos:

- ✓ Responder à seguinte pergunta-chave: o que pode atrapalhar o alcance do objetivo/resultado?
- ✓ Considerar os fatores de sucesso para a consecução dos objetivos: qualquer evento que afete potencialmente um destes fatores poderá impactar no atingimento do objetivo/resultado; e
- ✓ Considerar as principais fontes de riscos: infraestrutura, pessoal, processos e tecnologia.

### **7.3. Análise dos Riscos**

A análise do risco é o primeiro degrau na escala de processamento das informações levantadas e se refere ao desenvolvimento da compreensão sobre o risco e à determinação do seu nível, tendo como principal objetivo determinar o impacto sobre os objetivos da Entidade e seu potencial de influência:

- ✓ Risco com potencial para comprometer um objetivo na sua totalidade, ou na sua quase totalidade, é considerado de alto impacto;
- ✓ Um evento cuja ocorrência seja quase certa de acontecer é um evento de alta probabilidade;

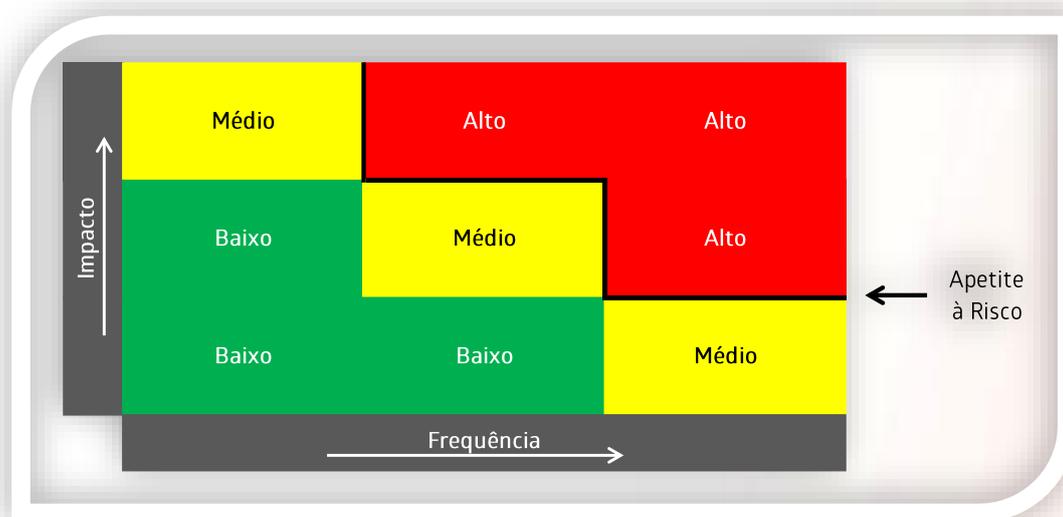
A análise dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- ✓ Avaliar o impacto do risco sobre o objetivo/resultado;
- ✓ Avaliar a probabilidade de ocorrência do risco; e
- ✓ Definir o nível do risco, com base na matriz probabilidade x impacto.

Com essas informações, é possível estabelecer a matriz, que indicará os níveis em que os riscos declarados pelas unidades se encontram, a partir da combinação das escalas de probabilidade e de impacto.

A probabilidade ou frequência é a chance de o evento ocorrer e o impacto é a quantificação da materialização do evento.

As escalas podem variar de acordo com o objeto de gestão e com o grau de precisão na definição dos níveis de probabilidade e impacto.



Matriz simplificada de Impacto e Frequência.

#### 7.4. Avaliação dos Riscos

A avaliação dos riscos envolve a identificação de processos e situações que possam causar danos à entidade. Determinam a sua probabilidade e suas consequências e por fim, definem os passos que serão dados para impedir ou mitigar suas ocorrências e as ações para controlá-los.

A avaliação dos riscos nos fornece subsídios para a tomada de decisão, não se constituindo em fator determinante para eventual tratamento do risco. Ou seja, cabe ao gestor, diante da lista de riscos ordenados por nível de risco, decidir quais merecerão ações mitigadoras.

O limite de exposição representa o nível de risco acima do qual é desejável o seu tratamento. Espera-se que, com os resultados do tratamento, o nível de risco residual fique abaixo do limite de exposição.

A avaliação dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- ✓ Identificar, na matriz probabilidade x impacto, os riscos, cujos níveis estão acima do limite de exposição a risco (faixa vermelha da matriz);
- ✓ Identificar, para os riscos acima do limite, as respectivas fontes, causas e eventuais consequências sobre a organização como um todo; e
- ✓ Identificar os riscos que estão abaixo do limite de exposição.

### **7.5. Monitoramento e Comunicação**

Compreende o momento do acompanhamento e a verificação do desempenho ou da situação de elementos da gestão de riscos, podendo abranger a política, as atividades, os riscos, os planos de tratamento de riscos, os controles e outros assuntos de interesse.

Nosso monitoramento possui três dimensões:

- ✓ o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos;
- ✓ a implementação e os resultados do tratamento de riscos; e
- ✓ a evolução do nível dos riscos que não mereceram tratamento por parte do gestor.

O monitoramento das ações de tratamento de riscos envolve a verificação contínua ou periódica do funcionamento da implementação e dos resultados das medidas mitigadoras e deve considerar o tempo necessário para que as medidas mitigadoras produzam seus efeitos. É parte integrante do processo de gestão e de tomada de decisão e deve acompanhar o ciclo de planejamento institucional. Sua periodicidade deve ser efetiva, sem onerar demasiadamente o processo e sua realização deve ser conduzida pelo respectivo gestor do risco (primeira camada).

A comunicação é gerida por meio da identificação das partes interessadas e do compartilhamento de informações relativas à gestão de riscos sobre determinado objeto, observada a classificação da informação quanto ao sigilo.

Comunicar riscos é fornecer as informações relativas a ele e ao seu tratamento para todos aqueles que possam influenciar ou ser influenciados, sob pena de ele ser plenamente materializado.

Podemos dividir esse fluxo de comunicação em duas direções: vertical e horizontal. A comunicação vertical pode ser no sentido da base para a cúpula, ou vice-versa, possibilitando que a cúpula da organização seja informada, por todas as unidades organizacionais, acerca dos riscos e que os empregados tenham ciência dos principais riscos que afetam a organização.

Por sua vez, a comunicação horizontal é importante para que os riscos de um processo que envolva diferentes unidades e gerências sejam conhecidos igualmente por todos os que trabalham em determinado processo ou atividade.

### **7.6. Tratamento**

Compreende o planejamento e a realização de ações para modificar o nível do risco. Essa modificação pode ser feita por meio de medidas de resposta ao risco, que possam mitigá-los, transferi-los ou evitá-los.

O processo de tratamento deve ter apoio da área de Risco e da unidade portadora de tal risco, em um trabalho de cooperação e sinergia, explorando ao máximo o conhecimento técnico dos responsáveis pela avaliação de risco e pela atividade identificada com alta probabilidade de ocorrência.

Para a implementação do tratamento, serão consideradas fontes e causas dos riscos – a princípio, as medidas devem atacar as causas do risco, de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência, ou também podem consistir em planos de contingência que amenizem os impactos, caso o risco se concretize, ou uma combinação das duas abordagens.

Na decisão quanto à implantação das medidas de resposta ao risco, considerar a quantidade e o nível dos riscos mitigados por cada medida, bem como o grau de redução do nível do risco gerado pela medida.

As medidas mitigadoras podem envolver, por exemplo, a adoção de controles, o redesenho de processos, a realocação de pessoas, a realização de ações de

capacitação, o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções tecnológicas, a adequação da estrutura organizacional, entre outros.

O tratamento dos riscos deve seguir os seguintes passos:

- ✓ Identificar medidas de resposta ao risco;
- ✓ Avaliar a viabilidade da implantação dessas medidas (custo x benefício, viabilidade técnica, tempestividade, efeitos colaterais do tratamento etc.);
- ✓ Decidir quais serão implementadas; e
- ✓ Elaborar plano de implementação das medidas para inclusão nos planos institucionais.

São orientações que facilitam a identificação de medidas de resposta ao risco, responder às seguintes perguntas-chave:

- ✓ Quais medidas poderiam ser adotadas para reduzir a probabilidade de ocorrência do risco?
- ✓ Quais medidas poderiam ser adotadas para reduzir o impacto do risco no objetivo/resultado?
- ✓ É possível adotar medidas para transferir o risco?

E tomar as seguintes ações:

- ✓ Considerar as fontes e causas dos riscos – a princípio, as medidas devem atacar as causas do risco, de modo a reduzir a probabilidade de ocorrência, ou também podem consistir em planos de contingência, que amenizem os impactos, caso o risco se concretize, ou ainda uma combinação das duas abordagens; e
- ✓ Na decisão quanto à implantação das medidas de resposta ao risco, considerar a quantidade e o nível dos riscos mitigados por cada medida, bem como o grau de redução do nível do risco gerado pela medida.

## **8. PRINCIPAIS RISCOS DO ECONOMUS**

Destacamos a gestão dos principais riscos, não restrito a estes: Atuarial, Crédito, Estratégico, Legal ou de Enquadramento, Liquidez, Mercado, Operacional,

Sistêmico, Terceirização, Socioambiental, Imagem, Subscrição, Cibernético, Conflito de Interesses, Contencioso Judicial, Continuidade dos Negócios e Solvência.

## **8.1. Risco Atuarial**

O risco atuarial se materializa quando não há aderência ou não confirmação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras à população observada, utilizadas nos cálculos realizados pelo atuário responsável pelos planos de benefícios ou assistenciais.

A gestão do risco atuarial é uma disciplina fundamental para a Entidade, visto que opera passivos de longo prazo. Envolve a identificação, avaliação e mitigação de riscos, com o objetivo de garantir a solvência e estabilidade da organização diante da incerteza inerente aos eventos futuros.

### **8.1.1. Gestão do Risco Atuarial**

#### **a) Previdência**

O gerenciamento do risco atuarial tem como objetivo assegurar padrões à solidez econômico-financeira, com a finalidade de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados pelas EFPC.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus requer o mapeamento e a identificação dos riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado nas regras de cada plano de benefícios, na aderência das hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), dos regimes financeiros e métodos de financiamento, na base cadastral, bem como pela compatibilização entre fluxos de ativo e passivo. Por fim, compete ao Conselho Fiscal da Entidade atestar, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

#### **b) Saúde**

Especificamente na gestão assistencial, o atuário se envolve diretamente com a definição de modelos de mensuração das provisões técnicas, que são valores a

serem registrados na contabilidade objetivando honrar com os compromissos de natureza esperada.

## **8.2. Risco de Crédito**

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de *rating* de um emissor de títulos ou *default*.

### **8.2.1. Gestão do Risco de Crédito**

A gestão do risco de crédito é suportada em comitês que atuam, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Instituto, bem como revendo políticas e práticas de controle.

O Economus possui controle diferenciado para as aplicações em títulos de créditos, visando a limitação da exposição e proteção dos objetivos propostos pelo Instituto.

A utilização das notas de *rating* atribuída pelas principais agências classificadoras do mercado é apenas a base para a composição das métricas utilizadas pelo Economus.

Além do cuidado para com a seleção de papéis que atendam aos objetivos propostos pelos planos do Instituto, há uma preocupação com a diversificação e com o grau de atenção para a instituição que emite tal papel. Com isso, há atribuição de diferentes limites de exposição para ativos de instituições financeiras e não financeiras.

Para aquisição de títulos e valores mobiliários em carteira própria dos planos, que possuam como característica a exposição a risco de crédito, será apresentado relatório de análise de investimento, avaliando, dentre outras considerações, todos os fatores de risco, além de análise acerca da rentabilidade prospectiva do ativo, apontando sua *duration* e compatibilidade com as carteiras dos planos, dentre outros fatores.

O Economus acompanha e monitora sua exposição e concentração a emissores, setores e classes de ativos, com o objetivo de manter nível de risco adequado às necessidades dos planos administrados, em termos de concentração e potenciais impactos na rentabilidade e volatilidade dos portfólios.

Os planos não poderão adquirir títulos e valores mobiliários classificados como de alto risco de crédito.

Em caso de desenquadramento passivo dos investimentos, a gestão poderá manter a alocação até o vencimento ou liquidá-la antecipadamente, se possível, conforme deliberação da alçada competente.

### **8.3. Risco Estratégico**

Risco ou grupo de riscos que, em decorrência de sua relevância e potencial impacto na operação dos negócios da Entidade, deve ser priorizado na gestão de riscos praticada. A gestão de tais riscos acontece a partir de decisões estratégicas, no sentido de direcionar a Instituição para o alcance de seus objetivos.

#### **8.3.1. Gestão do Risco Estratégico**

A gestão dos riscos estratégicos, que estão vinculados ao negócio ou aos objetivos estratégicos, se concentra no acompanhamento de fatores que podem tornar vulnerável o alcance dos objetivos da Entidade.

No Economus, a gestão de riscos estratégicos significa traçar metas e ações preventivas para que se evite a concretização do resultado negativo e suas possíveis consequências. Para isso, são estabelecidas estratégias, de médio e longo prazos, ordenadas para identificar os eventos capazes de afetar o desempenho e a administração dos riscos, a fim de mantê-los compatíveis quanto ao seu apetite ao risco e possibilitar garantia razoável no cumprimento dos objetivos determinados pela Entidade.

### **8.4. Risco Legal ou de Enquadramento**

O conceito de risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade. O risco legal ou de enquadramento está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das

carteiras de investimentos aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

#### **8.4.1. Gestão do Risco Legal ou de Enquadramento**

O principal objetivo da Gestão do Risco Legal é aferir se a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

O Economus controla a conformidade legal e enquadramento por meio de duas abordagens.

A primeira, está ligada aos controles das atividades do Instituto perante as obrigações legais com as autarquias e órgãos reguladores, através de sistema de gestão de obrigações legais, nos quais são cadastrados planos específicos, os quais são assignados às unidades do Instituto e monitorados pela governança.

Estar em conformidade com a lei é de suma importância para o Economus, tanto para a operação no presente quanto para evitar sanções e processos judiciais futuros. E mesmo que, durante a sua formalização, haja perfeição em todos os processos, o acompanhamento contínuo ainda é igualmente necessário.

A segunda abordagem, está ligada ao enquadramento legal dos planos de benefícios do Instituto e tem suas regras definidas pela Política de Investimentos, alinhada às determinações legais de limites de alocação e estrutura dos investimentos dos setores nos quais o Economus atua. Ainda, sob assessoria de empresa especializada, a governança realiza o monitoramento do atendimento às determinações da Política de Investimentos do Instituto.

A consultoria fornece ao Economus insumos que são utilizados para alimentar controles próprios de risco, visando o monitoramento e o reporte imediato à área de investimentos, caso seja identificado algum ponto de atenção.

Os limites de aplicação para cada segmento se organizam conforme estabelecido na Política de Investimentos.

## **8.5. Risco de Liquidez**

Caracteriza-se pela possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas, decorrente de variações nos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, o que pode ocasionar descasamento entre pagamentos e recebimentos, afetando a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

### **8.5.1. Gestão do Risco de Liquidez**

Uma gestão do risco de liquidez busca manter uma posição estrutural de liquidez segura, resiliente aos ambientes de estresse no curto e médio prazo, sempre monitorando a dependência em relação aos mercados de capitais. Essa gestão prudente do risco de liquidez é alcançada pela manutenção de reserva com alta liquidez, o que permite à Entidade resistir a grandes fluxos de saída de recursos e rupturas nas fontes de captação.

Com caráter apenas gerencial, é apresentado, mensalmente, junto ao comitê de investimento e comitê de gestão de riscos, o percentual de liquidez das carteiras dos planos para os meses subsequentes no período de 12 meses.

## **8.6. Risco de Mercado**

Pode se materializar quando houver perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou *commodities*.

### **8.6.1. Gestão do Risco de Mercado**

Para o gerenciamento do risco de mercado, são calculadas diversas métricas para todos os fundos, como VaR, *duration* e *tracking error*. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agrega testes de aderência do modelo de VaR (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados. Também

é definida a utilização de limites de perda em cenário de estresse para a gestão do risco de mercado. Devido às especificidades existentes nos diversos fundos de investimento, e de forma a fornecer informação adicional à gestão, é adotado, se aplicável, outros tipos de limites de risco de mercado. Os controles desenvolvidos buscam capturar da melhor forma possível as variações do nível de risco de cada fundo e visam refletir as mudanças ativas (compra e venda de instrumentos financeiros) e as passivas, decorrentes de mudança no comportamento dos fatores de risco presentes no fundo (movimentos de mercado).

São elaborados controles de risco de mercado para o segmento de renda fixa, divididos por controles sobre carteira própria.

Existe também controle do risco de mercado para o segmento de renda variável e para o segmento de investimento estruturado.

Para as aplicações nos segmentos de investimentos imobiliário, operações com participantes não há controle de risco de mercado, apenas controle de alocação.

## **8.7. Risco Operacional**

Caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

### **8.7.1. Gestão de Risco Operacional**

O Instituto executa o monitoramento do risco operacional em consonância com a hierarquia de documentos composta por Estatuto, Regulamentos, Regimentos, Códigos, Políticas, Alçadas, Normas e Procedimentos. Essa estrutura é apoiada por controles e ferramentas implementados de acordo com a natureza e a complexidade dos processos e negócios nos quais o Economus atua.

Para salvaguardar seus participantes, assistidos, beneficiários e empregados, o Instituto gere o risco operacional, evitando-o, mitigando-o ou transferindo-o. O Economus se esforça também para manter este risco em níveis aceitáveis, em linha com as diretrizes de sua governança. Para isso, dispõe de estrutura de gerenciamento de riscos e controles, incluindo programas de conscientização e cultura de risco operacional, identificação de riscos e mensuração por meio de

ciclos de avaliação e, a partir do resultado destes ciclos, são aplicadas técnicas de mitigação de riscos e/ou monitoramento.

Ainda, para casos de falha em serviço, o Instituto dispõe de Regulamento Específico para a gestão de ocorrências que permitam a materialização de perdas, incluindo sanções para os eventuais envolvidos.

## **8.8. Risco Sistêmico**

Caso o sistema financeiro seja contaminado por eventos externos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa, pode-se incorrer na materialização de riscos sistêmicos. Apesar da dificuldade da previsibilidade deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos seus eventos.

### **8.8.1. Gestão do Risco Sistêmico**

Atingida por meio da alocação dos recursos, levando em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores, emissores e gestores externos, bem como os diferentes indicadores de desempenho para o investimento, visando, desta maneira, mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos planos. A diversificação dos investimentos, em linha com o registrado na Política vigente, é fator determinante para a mitigação do risco sistêmico.

## **8.9. Risco de Terceirização**

Caracteriza-se pela perda decorrente dos terceiros/fornecedores não honrarem, total ou parcialmente, seus compromissos contratuais e obrigações acordadas, bem como decorrente de situações em que os serviços prestados ou os produtos adquiridos não atinjam os requisitos de qualidade esperados, ou não sejam entregues nas datas previstas.

### **8.9.1. Gestão de Risco de Terceirização**

O Economus dispõe de processo de compras, que inclui avaliação do preço cobrado pela empresa de terceirização de mão de obra, do cumprimento de obrigações trabalhistas/previdenciárias, assim como, da situação financeira da empresa terceirizada e se ela possui estrutura adequada à realização dos serviços.

Ainda, por meio do sistema de Compliance, promove a gestão eficiente dos documentos que comprovem o pagamento das obrigações trabalhistas pelas empresas terceirizadas.

Nesse contexto, o modelo de terceirização exige que o Economus tenha processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores, em linha com o que estabelece o “Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos”, bem como deve possuir controles adequados para monitorar as ações desses prestadores de serviços, conforme a legislação.

O Economus possui arcabouço de processos normatizados que relacionam o histórico, justificativas e documentação pertinente à Seleção e Monitoramento de Gestores Terceirizados.

O Instituto realiza ainda o acompanhamento dos custos diretos, indiretos e qualidade dos serviços terceirizados, prestados em relação à decisão, controle, acompanhamento e assessoramento dos processos relacionados à gestão de investimentos, de forma a garantir nível adequado de prestação de serviços e custos aos planos administrados.

Por fim, o Economus dispõe de processo de Due Diligence, onde, previamente a aquisições ou contratações de serviços, o fornecedor é verificado em busca de eventuais restrições, em linha com as Políticas de Compras e Contratação e de Transações com Partes Relacionadas.

#### **8.10. Risco Socioambiental**

Caracteriza-se pelo dano potencial gerado ao meio ambiente e à sociedade, pela atividade econômica de setores variados. Durante a elaboração de um projeto, é necessário considerar o nível de prejuízo que este pode causar ao ambiente e estabelecer estratégias de prevenção e recuperação. A falha em antecipar e gerir o risco socioambiental pode trazer consequências para a instituição como um todo, incluindo risco de crédito, risco legal, risco de imagem/reputacional e risco de mercado.

### **8.10.1. Gestão do Risco Socioambiental**

O Economus promove a integração dos temas ambientais, sociais e de governança (ESG) nas tomadas de decisão de investimento, sendo signatário dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), visando contribuir para o retorno de longo prazo aos beneficiários.

O Instituto tem como objetivo incentivar os prestadores de serviço a adotarem as práticas do PRI, no âmbito da administração e gestão de recursos.

Dentre as ações destacamos: a coleta seletiva, redução no uso de papéis por meio da digitalização de documentos e incentivo à diversidade em seu quadro de empregados.

### **8.11. Risco de Imagem**

O risco de imagem tem a ver com tudo aquilo que pode afetar a reputação de uma instituição frente ao mercado. Ou seja, deve alterar a forma como os clientes, parceiros e público em geral veem a Entidade. Isso pode incluir questões como escândalos financeiros, violações de direitos humanos ou danos ambientais causados pela empresa.

#### **8.11.1. Gestão do Risco de Imagem**

A Gestão do Risco de Imagem é feita por meio da implementação de políticas e práticas de governança corporativa, levando em consideração os aspectos referentes à transparência, ética e responsabilidade social. A gestão adequada da imagem é fundamental para mitigar os impactos negativos sobre a reputação do Instituto e a manutenção da confiança dos participantes. A adoção de medidas preventivas e ações corretivas, em linha com as diretrizes estabelecidas nas Políticas vigentes, é fator determinante para a mitigação do risco de imagem.

### **8.12. Risco de Subscrição**

Caracteriza-se pela incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora de saúde no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. Durante a elaboração do projeto,

produto ou serviço, é necessário considerar o nível de prejuízo que pode atingir a Instituição e estabelecer estratégias de prevenção e recuperação.

### **8.12.1. Gestão do Risco de Subscrição**

A gestão do risco de subscrição envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a sinistralidade e levar a perdas. O Economus estabelece estratégias de prevenção e recuperação para antecipar e gerir esse risco.

Tal risco é considerado, de modo geral, o principal componente de risco a que as operadoras de saúde estão expostas. Ele se caracteriza pela incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contrarie as expectativas da operadora no momento da definição da sua estratégia para a gestão de subscrição.

Para mitigar a possibilidade de insolvência, o Economus deve reservar um limite mínimo do patrimônio líquido ajustado, conhecido como capital regulatório. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabelece regras para o cálculo desse capital regulatório, que incluem o requerimento referente ao risco de subscrição.

### **8.13. Risco Cibernético**

Caracteriza-se pelos potenciais resultados negativos associados a ataques cibernéticos. Por sua vez, ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas computacionais. Esses ataques podem incluir o acesso indevido a dados e informações pessoais/sigilosas, realização de ataques bancários e até mesmo extorsão (ransomware).

O Instituto lida com dados sensíveis dos participantes e, portanto, deve ter olhar atento e cauteloso sobre os riscos cibernéticos. A gestão adequada do risco cibernético envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a segurança dos dados e sistemas computacionais.

#### **8.13.1. Gestão do Risco Cibernético**

A gestão adequada do risco cibernético envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a segurança dos dados e sistemas

computacionais. Nessa linha, o Instituto possui estratégias estabelecidas baseadas no framework CIS Control de prevenção e recuperação para antecipar e gerir esse risco, em linha com sua Política de Segurança de Informação e controle internos relacionados ao tema.

Além disso, a Entidades está em conformidade com as regulamentações aplicáveis, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estabelece regras para o tratamento de dados pessoais. A adoção de boas práticas de segurança da informação também auxilia na mitigação do risco cibernético.

#### **8.14. Risco de Conflito de Interesses**

O conflito de interesses ocorre quando existe um confronto entre os interesses públicos e privados, prejudicando o interesse organizacional ou coletivo.

##### **8.14.1. Gestão do Risco de Conflito de Interesses**

No Economus, a gestão deste risco, é norteada pela existência do Programa de Integridade e por meio da Política de Transações com Partes Relacionadas, levando em consideração os aspectos referentes à transparência e ética nas relações entre as partes envolvidas. A adoção de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados é fundamental para mitigar os impactos de conflitos de interesses sobre os ativos dos planos.

Internamente, todas as instâncias do Instituto entendem o que é conflito de interesses e suas subdivisões. Nos treinamentos, e nos documentos da hierarquia que tratam do assunto, damos direcionamentos práticos, exemplificamos com situações claras, facilitando o entendimento e, conseqüentemente, as atitudes serão mais alinhadas ao Programa de Integridade.

A disponibilização permanente de canal de denúncias também é necessária para dar liberdade às pessoas que precisam de voz, sem interferência de meios e terceiros que poderiam tentar influenciar o processo.

#### **8.15. Risco de Contencioso Judicial**

Caracteriza-se pela possibilidade de ocorrência de perdas financeiras oriundas de decisões desfavoráveis em processos judiciais movidos contra uma empresa ou

organização. Em qualquer tomada de decisão, é necessário considerar o nível de prejuízo que pode atingir a instituição e estabelecer estratégias de prevenção e recuperação.

#### **8.15.1. Gestão do Risco de Contencioso Judicial**

A gestão adequada do risco de contencioso judicial envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a exposição da instituição a processos judiciais. A gestão desse risco é considerada em todas as iniciativas do Instituto, por meio de pareceres específicos da área jurídica do Economus.

Além disso, a gestão de compliance da Entidade monitora as regulamentações aplicáveis ao Instituto por meio de sistema específico, adotando, dessa forma, boas práticas de governança corporativa para minimizar o risco de contencioso judicial.

Ainda, as regras internas de provisionamento classificam eventuais perdas decorrentes de aspectos contingenciais em linha com a sua probabilidade de materialização. Dessa forma, o Instituto gere o impacto de ações dessa natureza.

#### **8.16. Risco de Continuidade de Negócios**

Caracteriza-se pela possibilidade de interrupção das operações de uma empresa ou organização devido a eventos imprevistos ou desastres naturais. Durante a tomada de decisões, é necessário considerar o nível de prejuízo que pode atingir a instituição e estabelecer estratégias de prevenção e recuperação. A falha em antecipar e gerir o risco de continuidade de negócios pode trazer consequências para a Entidade como um todo, incluindo perdas financeiras, danos à reputação e perda de participantes.

##### **8.16.1. Gestão do Risco de Continuidade de Negócios**

A gestão do risco de continuidade de negócios é crucial para a sustentabilidade das instituições. Essa gestão envolve a identificação, avaliação e controle dos fatores que podem afetar a capacidade da instituição de continuar operando em caso de eventos imprevistos ou desastres naturais.

Nessa linha, o Economus estabelece estratégias de prevenção e recuperação para antecipar e gerir esse risco, incluindo planos de continuidade de negócios e

recuperação de desastres, bem como a realização de revisão e exercícios regulares para garantir a eficácia desses planos.

Na gestão de continuidade, um dos aspectos mais importantes é o preparo para responder rapidamente a eventos imprevistos ou desastres naturais, a fim de minimizar o impacto sobre suas operações e garantir a continuidade dos negócios.

### **8.17. Risco de Solvência**

Caracteriza-se pela capacidade da instituição honrar com suas obrigações financeiras. A instituição pode ser considerada solvente quando apresentar segurança para arcar com todos os seus compromissos financeiros e permanecer com suas reservas patrimoniais.

#### **8.17.1. Gestão do Risco de Solvência**

A gestão do risco de solvência consiste no monitoramento contínuo da solvência da Entidade, garantindo que haja capital suficiente para enfrentar eventuais problemas relacionados ao risco de crédito, risco operacional e risco de mercado.

No Economus, algumas medidas específicas para a gestão do risco de solvência incluem o monitoramento contínuo do equilíbrio técnico e do índice de solvência. Tanto na gestão previdencial como na gestão assistencial. Além disso, é importante gerenciar os riscos de liquidez, de crédito e atuarial.

*O objetivo dessa lista (não exaustiva) é servir como base para a gestão de riscos no Instituto, a qual não precisa, necessariamente, se restringir aos riscos elencados. Pode haver variações e novos riscos, tanto para os segmentos de previdência complementar fechada e de assistência à saúde, como para o setor de serviços de maneira geral.*

## 9. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

### 9.1. Metodologia e Ferramentas

O processo de identificação de riscos no Economus deve envolver pessoas chave e gerentes das áreas de negócios e operacionais, cabendo à área de RISCOS e Controles Internos a coordenação dos procedimentos de entrevistas.

Cabe salientar que a aplicação das técnicas supracitadas deve observar:

- ✓ Os processos das áreas fins e meio, no caso de riscos operacionais; e
- ✓ Os objetivos e metas das áreas de negócios, no caso de riscos estratégicos.

Deve ser estimulada pela coordenação, em periodicidade pelo menos anual, a revisão dos riscos identificados junto aos envolvidos, com o intuito de manter constante atualização de riscos identificados e facilitar a identificação de novos, ainda não conhecidos.

Todo o processo de identificação deve estar devidamente documentado, facilitando o reconhecimento dos eventos, causas e efeitos, bem como as categorias e as áreas responsáveis pelos riscos.

A identificação dos riscos deve ser realizada em oficinas de trabalho ou, dependendo do objeto, pelo próprio gestor do risco ou usuários chave de cada unidade, com o intuito de obter informações dos maiores envolvidos na atividade ou processo que está sendo discutido.

Devem ser utilizadas técnicas/ferramentas que permitam a coleta do maior número de riscos, tais como: entrevistas, visitas técnicas, pesquisas, ocorrências associadas a perdas operacionais ou ligadas a reclamações em agências reguladoras, ouvidoria ou qualquer outro canal, testes segregados de controles realizados no processo envolvido, relatórios de auditorias realizadas externa, internamente ou pelo Patrocinador entre outros.

São orientações que facilitam a identificação dos riscos:

- ✓ Responder à seguinte pergunta-chave: o que pode atrapalhar o alcance do objetivo/resultado?

- ✓ Considerar os fatores de sucesso para a consecução dos objetivos (qualquer evento que afete o fator de sucesso, potencialmente afeta o objetivo/resultado);
- ✓ Considerar as principais fontes de riscos: infraestrutura, pessoal, processos e tecnologia.

## 10. ESTRATÉGIAS PARA O TRATAMENTO DE RISCO

Conhecido o nível de risco, é necessário estabelecer a estratégia que será adotada para tratar o evento de risco. O tratamento de riscos envolve a identificação das opções de tratamento, avaliação dessas opções e a seleção das alternativas mais adequadas para modificar o nível do risco (Resposta ao Risco), bem como a elaboração do Plano de Implementação de Controles, contemplando o conjunto de medidas a serem implementadas.

De acordo com o COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations*), as respostas incluem evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos.

“Evitar” sugere que nenhuma opção de resposta tenha sido identificada para reduzir o impacto e a probabilidade a um nível aceitável. “Reduzir” ou “Transferir” reduzem o risco residual a um nível compatível com as tolerâncias desejadas ao risco, enquanto “Aceitar” indica que o risco inerente já esteja dentro das tolerâncias ao risco.

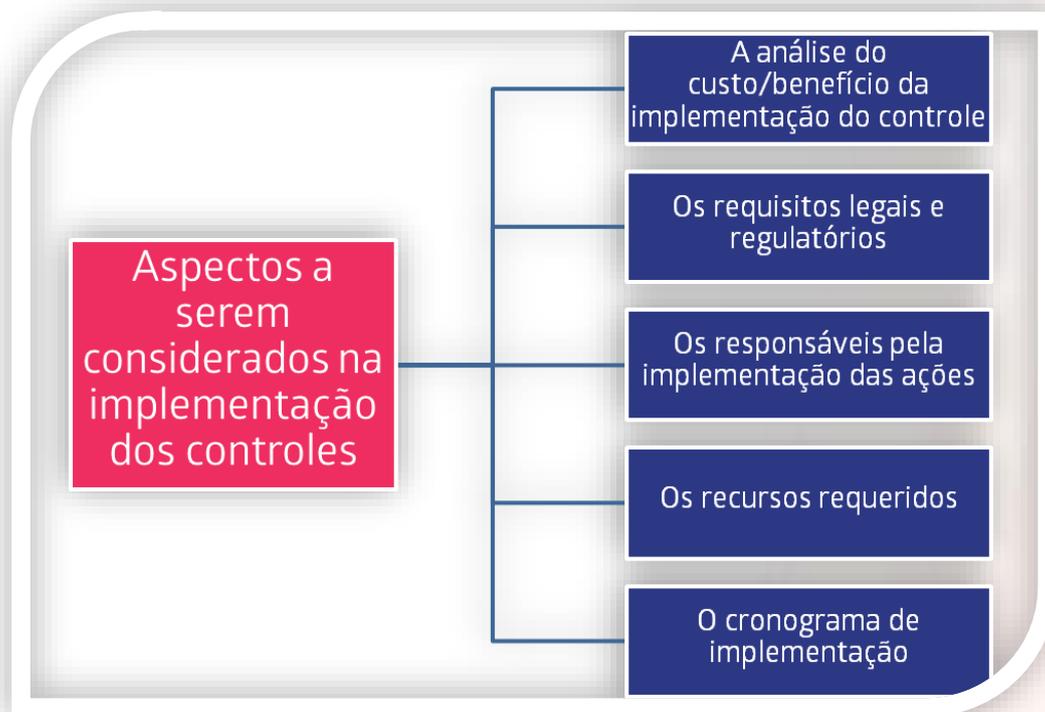
No Economus, cada risco mapeado tem seu nível de criticidade estabelecido e as possibilidades para o seu tratamento avaliado, buscando-se, junto às áreas, a melhor alternativa de resposta. Quando aplicáveis, os planos de ação são elaborados ou até mesmo projetos são desenhados com o intuito de prover a gestão necessária ao risco ou conjunto de riscos levantados. Esse arcabouço de ações é monitorado por meio de sistema interno de obrigações, no qual a área de riscos e controles internos monitora, continuamente, a evolução destas ações, com reportes à diretoria e conselho, dependendo da criticidade do risco levantado.

### 10.1. Plano de Implementação de Controles

Depois de selecionadas as respostas para cada risco, o próximo passo é a elaboração dos planos ou estratégias de tratamento de riscos, nos quais são

definidas as ações necessárias para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas.

Estas, implicarão na introdução de novos controles ou na modificação dos controles existentes. Para tanto, os seguintes aspectos devem ser levados em consideração:



## 11. EXECUÇÃO DAS ESTRATEGIAS DE RISCO.

Com as definições das estratégias, a área de risco da Entidade, por fim, fica incumbida de monitorar a implementação e correta execução das ações, com o intuito de garantir o alcance dos resultados de mitigação dos riscos encontrados e cobertura de eventual surgimento de novos pontos de atenção.

Como complemento ao monitoramento dos planos, existem controles com periodicidade definida, mantidos pela área de risco do Economus, que cobrem os riscos de conformidade institucionais, aderência de normas e procedimentos, gestão de perdas financeiras, gestão de continuidade do negócio, segurança da informação e monitoramento dos riscos financeiros, assuntos que sempre são pautados em reuniões periódicas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como nos Comitês de Investimentos e Gestão de Risco.

### 11.1. Comitê de Risco

O Comitê de Gestão de Riscos é um colegiado, subordinado à Diretoria Executiva, e tem como objetivo assessorá-la no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos. Compete ao Comitê de Gestão de Riscos, na forma estabelecida neste Regimento Interno:

- ✓ Tomar conhecimento e analisar as informações apresentadas no âmbito do Comitê que contenham os potenciais riscos aos quais o Economus está exposto;
- ✓ Definir os tipos e níveis aceitáveis de riscos (apetite a risco) para o alcance das metas estabelecidas da Entidade;
- ✓ Avaliar e monitorar se a estrutura de gerenciamento de riscos e seus subprocessos são suficientes para a gestão de riscos da Entidade;
- ✓ Definir diretrizes, documentos e controles estratégicos que monitorarão os riscos do Economus;
- ✓ Atestar que as decisões tomadas no âmbito do Comitê de Investimento estejam em conformidade com os limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos e legislação aplicável;
- ✓ Deliberar e encaminhar, quando necessário, as ações referentes aos assuntos apresentados no âmbito do Comitê;
- ✓ Deliberar, quando necessário, sobre outros assuntos de interesse do Comitê;
- ✓ Patrocinar e promover uma cultura de gestão de riscos na Entidade; e
- ✓ Encaminhar, mensalmente, à Diretoria Executiva e, trimestralmente, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal os assuntos discutidos e analisados.

O comitê de gestão de riscos, tem como principal foco o tratamento exclusivo dos assuntos relacionados com o risco e são debatidos em encontros mensais.

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento e a declaração do seu modelo próprio para a gestão de riscos é o resultado da diligência da governança do Instituto em relação ao tema.

Baseando-se nas melhores práticas de mercado e visando maior eficiência na absorção de oportunidades que visem o alcance dos objetivos do Instituto, a gestão de riscos está em permanente processo de revisão, seja em face às mudanças no cenário externo ou devido ao surgimento de novos fatores de risco que podem afetar os negócios da Entidade.

Manter a governança sempre alerta e uma equipe de trabalho em constante evolução técnica é fundamental para a manutenção e o fortalecimento do ambiente dos controles internos e do Economus.